


Como a linguística aplicada pode contribuir para o combate à discriminação

Daniela Palma:

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNICAMP



O combate aos diversos tipos de discriminação é tópico central em políticas pautadas pelos Direitos Humanos. Neste momento histórico em que vivemos, intensifica-se a necessidade de mais reflexões e ações e da mobilização das universidades brasileiras para o tema, cuja medida da importância se iguala à complexidade nas formas de abordá-lo.

Neste texto, procuro apontar alguns caminhos para tratar dessa complexidade, a partir de contribuições da linguística aplicada (doravante LA), uma área por si voltada a pensar problemas da sociedade e das vidas cotidianas envoltos pela linguagem.

O ESTUDO DA LINGUAGEM PODE AUXILIAR NO CONFRONTO COM OS PROBLEMAS SOCIAIS?

Existem várias formas possíveis de definir a área de LA e seus interesses e objetivos de pesquisa e atuação, aqui proponho compreendê-la como um campo de produção de conhecimento que busca dar inteligibilidade para problemas complexos da vida social permeados pelo uso da linguagem. Os sentidos dos saberes produzidos e operados pela LA não devem, assim, ser lidos como meios de “soluções para problemas relativos ao

* Agradeço a Daniel Silva, Marcelo Buzato e Rodrigo Esteves de Lima-Lopes pelas sugestões.

uso da linguagem”,¹ ou seja, a “contribuição” dessa área para o combate às discriminações não se dá em termos instrumentais no plano da língua, ou seja, não fornece fórmulas encapsuladas para resolver dilemas da linguagem no mundo.

Ao chamar a atenção para o caráter linguisticamente não instrumentalizado desses saberes, não pretendo dizer que os conhecimentos que a LA maneja e ajuda a produzir não sejam voltados para a ação (ou não possam propor ferramentas pontuais para certos contextos), muito pelo contrário. Quando tomamos um tema multifacetado e central nos estudos dessa área, como o das discriminações e dos preconceitos, tramado na esfera das representações e das orientações de comportamentos, percebemos que enquadrá-lo em modelos estanques limita muito a sua compreensão e, por consequência, as possibilidades de ações para combatê-lo.

Entendo que o objetivo principal da LA é abrir caminhos que contribuam para a compreensão das formas de agir sobre o mundo, e esse nosso agir sobre o mundo é dependente de textos e interações por meio das linguagens, nas mais variadas formas: orais, escritas, não verbais, multimodais (que utilizam vários modos de comunicar, como palavras, imagens, gestos, sons, entonação etc.). A LA não considera o texto como um “objeto absoluto” – que reflete o mundo ou é produto da intenção de

um autor único –, mas sim como uma convergência de trajetórias textuais várias.² Ao estudar essas convergências, a LA permite interpretar os problemas da vida social por novas chaves, ajudando a pensar não exatamente em soluções, mas em estratégias que passam pelos usos das linguagens para responder a dilemas contemporâneos em vários âmbitos da vida social: na educação, nas mídias e nos produtos culturais, nas esferas institucionais, junto a comunidades diversas.

Assim, como projeto geral da LA é possível compreender a produção de conhecimentos que envolvam “um processo de renarração ou redescrição da vida social [...], o que está diretamente relacionado à necessidade de compreendê-la”.³ Esses conhecimentos, de densidade interdisciplinar, espraiam-se em diversas áreas e atividades profissionais, ajudando a pavimentar caminhos para novas formas de perceber, narrar e julgar.

A seguir, comento de forma breve, a partir de quatro enfoques, algumas contribuições que a produção de saberes em LA pode dispor, em diferentes campos, para pensar estratégias de combate aos preconceitos e às discriminações: i. para ajudar a compreender as práticas discriminatórias a partir do âmbito jurídico-institucional; ii. na circulação de mensagens nas mídias; iii. por meio

1 MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 20.

2 SILVA, Daniel do Nascimento. “A propósito de *Linguística Aplicada*” 30 anos depois: quatro truismos correntes e quatro desafios. *DELTA*, São Paulo, v. 31, n. esp., p. 349-376, ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-445007158226872892>.

3 MOITA LOPES, *op. cit.*, p. 90.



de ações e políticas de acolhimento e acessibilidade; e iv. nas práticas de ensino.

ASPECTOS MORAIS E JURÍDICOS DA DISCRIMINAÇÃO

Considerando a complexidade em abordar os sentidos da discriminação, observam-se diversos impedimentos conceituais para a formulação de uma definição para o termo no plano jurídico que seja capaz de englobar todas as suas formas de manifestação. Assim, qualquer possibilidade de tornar a discriminação um construto juridicamente operacional depende do fomento ao debate constante sobre o tema, sob múltiplas perspectivas e com aportes de vários campos disciplinares e de atuação.

Nessa esfera, é possível pensar a discriminação por meio de um conjunto de fatores: “a partir das suas motivações, de suas consequências, dos atores sociais envolvidos, das suas dimensões, dos fatores que o produzem e também da cultura social que o legitima”.⁴ As motivações, calcadas principalmente nos princípios de intencionalidade e arbitrariedade, podem ser insuficientes na caracterização de práticas discriminatórias, pois, como analisa Moreira, há vários tipos de efeitos adversos e motivações inconscientes envolvidos no processo.⁵

4 MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?* Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito; Justificando, 2017. p. 193.

5 *Ibidem*, p. 194.

Estudos de linguagem mostram como a compreensão do que é uma ofensa, por exemplo, pode não se dar pela fixação de um enunciado em si: o caráter ofensivo está menos no que um texto ou uma fala descreve do mundo e mais na capacidade que tem de agir sobre o mundo e provocar efeitos. Compreender essa capacidade de *fazermos* algo ao *dizer* certas palavras, ou seja, de produzirmos *enunciados performativos*⁶ colabora diretamente para encontrar estratégias de abordar juridicamente algumas práticas ofensivas. É muito difícil contestar esse tipo de enunciado em parâmetros de verdade ou mentira, pois sua ação performativa não constata algo (verdadeiro ou falso) sobre o mundo, mas age diretamente sobre este e produz efeitos de natureza moral e discriminatória, principalmente quando direcionados a grupos mais vulneráveis ou minoritários. Esses efeitos podem se desdobrar na criação ou no reforço de estigmas, com consequências psíquicas e outras mais práticas no nível social, como o acirramento de desigualdades e violências.

Por esse caráter performativo da ofensa e da discriminação, é possível observar na prática jurídica casos em que “alguém pode alegar que está sendo discriminado em função de normas que são moralmente neutras, mas que têm um impacto negativo sobre certas classes de pessoas”.⁷ Um estudo demonstra, ao acompanhar a

6 Cf. AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

7 MOREIRA, *op. cit.*, p. 28.





trajetória textual de uma sentença (“Você é uma morena muito bonita”), que mesmo um elogio pode mobilizar preconceitos, tendo assim efeitos discriminatórios.⁸

Outro trabalho aponta chaves de sentidos para compreender atos de fala ofensivos por meio da ideia de “violência linguística”, que entende que certos usos da linguagem violam a condição de alguns indivíduos e grupos.⁹ Essa compreensão de uso da língua para causar dano a um grupo social sustenta, inclusive, a primeira condenação no país por racismo em redes sociais de internet, em 2012, quando a Justiça Federal de São Paulo julgou o caso de uma estudante que publicou insultos a nordestinos em seu perfil pessoal.

A esfera judiciária trabalha com a produção de textos e documentos que apresentam, em sua função social, muita força performativa, ou seja, textos que funcionam como ato (do poder público, das instituições). As feições tecnicistas das linguagens em âmbito institucional (ou o efeito tecnicista que produzem) podem, muitas vezes, escamotear a reprodução de preconceitos e, pelos próprios dispositivos institucionais, criar discriminações. Um trabalho, em fase de publicação, mostra um pouco dos mecanismos da produção documental de caráter penal

no âmbito das práticas judiciárias, e como pode haver, nos próprios procedimentos policiais de interrogatório e nos registros das autuações, a criação de enquadramentos discriminatórios de indivíduos (e seus corpos) para a configuração de um delito.¹⁰

No plano institucional, estudos e projetos da área podem ajudar a rever procedimentos e formas de usar a linguagem nesses ambientes que considerem algumas questões prementes sobre a discriminação. Tomemos agora o exemplo dos debates recentes sobre o que se convencionou chamar de “linguagem neutra”, que na verdade indicaria usos sociais da língua que não promovessem apagamentos das identidades de gênero. Esse tópico do debate público contemporâneo acabou por se “contaminar” de forma demasiada por uma política de inimizades e hostilidades,¹¹ nesse sentido, um campo de estudos da linguagem socioculturalmente orientado, como a LA, pode oferecer subsídios para que, no plano institucional, os usos da língua possam ser compreendidos como instrumentos antidiscriminatórios para mulheres e pessoas LGBTQIA+, calcados no reconhecimento das identidades de gênero como direito de personalidade a ser assegurado nas várias instâncias da vida social.

8 MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luiz Paulo. “Você é uma morena muito bonita”: a trajetória textual de um elogio que fere. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 54, n. 1, p. 53-78, jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-18134345161352>.

9 SILVA, Daniel do Nascimento; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. A propósito da violência na linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 129-146, 2013.

10 PALMA, Daniela. *Declarações enquadradas de corpos “vadios”*: uma leitura de arquivo de repressão policial a travestis. No prelo.

11 BORBA, Rodrigo. Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarization in Brazil. *Gender and Language*, v. 14, n. 1, p. 423-448, 2019.

Nesses rápidos comentários e exemplos, a ideia foi apontar um pouco como a produção de saberes em LA pode colaborar (e colabora) na busca de estratégias para abordagem jurídica e institucional da discriminação. Na sequência, uma breve incursão pelo debate sobre a discriminação na produção cultural e nas mídias digitais, apontando exemplos de questões estudadas na área que podem potencializar algumas dessas discussões.

A CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS DISCRIMINATÓRIOS

A ampla produção e disseminação de discursos de intolerância nas diversas mídias e nos produtos culturais é um dos pontos de atenção nas políticas de confronto aos preconceitos. Nas esferas da produção cultural e midiática, o combate à discriminação por meio da judicialização pode não ser sempre viável ou mesmo desejável, considerando a frequente impossibilidade de traçar uma linha limitadora clara e universal entre a liberdade de expressão e as manifestações ofensivas; além da crítica geral à ideia de vincular a solução de complexos problemas políticos e sociais à criação ou reinterpretação de tipos penais. Outros caminhos são muito importantes no tratamento desse tema, como as abordagens de caráter mais educativo, para a sensibilização e a construção da empatia, voltadas aos usuários comuns; o fomento ao debate ético, envolvendo produtores culturais, e a possibilidade de pensar parâmetros regulatórios principalmente

para as grandes empresas de conteúdos e de tecnologias de comunicação.

Diante de desafios tão complexos como esses, a LA pode oferecer alguns subsídios para compreender os fenômenos de circulação de discursos de intolerância. Para além do reconhecimento de estereótipos que sustentam estigmas sociais, os estudos em LA podem ajudar a entender algumas dinâmicas de produção da discriminação nos usos e nas criações de mídias. Em estudos sobre as culturas digitais, por exemplo, muitas questões permitem vislumbrar aspectos ambivalentes nas dinâmicas de funcionamento da internet que podem gerar espaços de diversidade sociocultural e de práticas inclusivas e democratizantes, ao mesmo tempo que possibilitam manifestações de formas tóxicas de convívio social que são estimuladoras de hostilidade e atuam para a intensificação dos preconceitos e da violência.

Questões raciais e de gênero organizam muitas práticas que se desenvolvem nos ambientes virtuais. No universo *on-line* dos *games*, por exemplo, as identidades dos jogadores são fortemente indexadas por relações (autoritárias) de gênero, sendo usualmente contextos depreciativos e danosos para as mulheres jogadoras.¹² Ainda recorrendo a referências da “cultura *gamer*”, é possível abordar, em estudos de linguagem, os videogames

12 NAKAMURA, Lisa. Gender and Race Online. In: GRAHAM, Mark; DUTTON, William H. *Society and the Internet: How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 82.

como “objetos textuais e canais de comunicação [...] que servem de plataforma para discursos raciais”, marcados por representações predominantes que colocam imagens de pessoas negras em papéis aviltantes, como ladrões, assassinos, zumbis e traficantes de drogas.¹³

A pesquisa em linguagens e tecnologias ajuda no entendimento de comportamentos de usuários em redes sociais, permitindo observar, por meio da análise de interações situadas como “os julgamentos e a agressividade das postagens” podem se constituir em “um sistema de atitude”.¹⁴ O debate sobre a responsabilidade das empresas de internet pela circulação de discursos estigmatizantes pode ser fomentado por dados que demonstram como alguns dispositivos que operam os sistemas podem intensificar o caráter discriminatório dentro do gigantesco conjunto de informações que circulam em rede. Por análises que têm o foco na relação linguagem-tecnologia-preconceitos, são observados como mecanismos de busca na internet, por meio das ferramentas de aprendizagem de máquina, acabam por reproduzir as combinações de palavras como mulher, negro, gay, lésbica (em inglês: *woman, black, gay, lesbian*) predominantemente com sentenças depreciativas e difamatórias.¹⁵

13 *Ibidem*, p. 84.

14 LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. O Conservadorismo como ideologia: Contribuições da ciência das redes para a linguística sistêmico funcional. *Letras*, n. 56, p. 65, 2018. <http://dx.doi.org/10.5902/2176148531226>.

15 CHUNG, Anna. How Automated Tools Discriminate Against Black Language. POCIT. Telling the Stories and Thoughts of People of Color in Tech, [S.l., s.d.].

As tecnologias podem, assim, ser usadas para estigmatização etnicorracial e de gênero, seja de forma intencional ou não. Muitas pesquisas endereçam a questão da intensificação de práticas discriminatórias na internet não exclusivamente ao comportamento de usuários comuns, mas ao debate ético sobre o papel das grandes empresas de tecnologia e comunicação. Observa-se, por exemplo, a permissividade das plataformas para a atuação de comunidades organizadas de usuários altamente letrados em termos digitais que usam as potencialidades tecnológicas e de alcance social dessas mídias para a disseminação de discursos de ódio direcionados principalmente a mulheres e minorias, orientados por interesses políticos de grupos de perfis ultraconservadores.¹⁶

AS LINGUAGENS DO ACOLHIMENTO E DA ACESSIBILIDADE

No contrapelo à intensificação da circulação dos discursos discriminatórios, o reforço de formas inclusivas e o do reconhecimento às diversidades são tópicos muito importantes como estratégias contra as discriminações. Na agenda das pesquisas em LA, o trabalho investigativo sobre as linguagens e os discursos deve (ou, pelo menos, deveria) dialogar com as perspectivas dos atores sociais

16 LIMA-LOPES, op. cit., p. 46.

envolvidos nas práticas estudadas, considerando-os agentes nos processos que dão significados às coisas.¹⁷

É importante, assim, o olhar atento para os diversos tipos de agentividade nas manifestações culturais contemporâneas que atuam para romper com estigmas socialmente cristalizados. Podemos tomar aqui como exemplo os múltiplos e constantes movimentos de construção de representações das identidades de periferia pelos seus próprios moradores, oferecendo imagens contrastantes aos estereótipos depreciativos usuais e propiciando a formação de novas subjetividades dentro dessas comunidades. As pesquisas em LA têm interesse especial nessas práticas do campo cultural, como o uso comunitário engajado de redes sociais de internet, a produção de novos imaginários sobre a vida cotidiana em bairros urbanos periféricos ou as formas de agência e criatividade nos *slams* de poesia.¹⁸

A LA no Brasil tem um histórico considerável de trabalhos junto a diversas comunidades que são usualmente alvos de várias formas de discriminação, como

17 SILVA, *op. cit.*

18 Ver respectivamente MAIA, Junot de Oliveira. Letramentos de sobrevivência em redes digitais: caminhos possíveis na luta por direitos humanos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 57, n. 2, p. 954-974, ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/010318138651932366491>; PALMA, Daniela. O cotidiano, a quebrada e o sonho: a resistência pelo olhar na ação de um fotocoletivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 3, dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/01031813816891620201014>; NEVES, C. A. B. Slams – letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 30, p. 92-112, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i2p92-112>.

os moradores de periferia, conforme já citado, moradores de rua, pessoas em situação de cárcere ou ainda grupos indígenas, de migrantes, portadores de deficiências, entre outros. A experiência de pesquisa nessa área acumula importantes conhecimentos que podem ajudar (e ajudam) a pautar diversos tipos de políticas e ações de acolhimento e acessibilidade.

As barreiras linguísticas são elemento fortemente discriminatório, deixando alguns grupos mais suscetíveis a muitas formas de intolerância, além de limitar, em seus cotidianos, o acesso a serviços básicos, à educação e ao trabalho. A pesquisa na área de ensino de línguas de acolhimento reflete sobre essas questões e, frequentemente, se desdobra em atividades extensionistas, com atuação mais direta junto a essas comunidades. Várias universidades brasileiras oferecem aulas de português com metodologias específicas para estrangeiros em contextos mais vulneráveis de migração. Há também iniciativas de produção de materiais didáticos direcionados a esses grupos, como a *Coleção Vamos Juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento*, de acesso livre, elaborada por pesquisadoras e pesquisadores dessa linha.¹⁹

No âmbito interno da Unicamp, dentro das políticas da universidade voltadas aos estudantes ingressantes

19 BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; CARMARGO, Helena Regina Esteves de (org.). *Coleção Vamos Juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento*: Trabalhando e estudando. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020.



pelo Vestibular Indígena, são desenvolvidas ações de acolhimento linguístico, sob a coordenação da professora Terezinha Machado Maher, do Departamento de Linguística Aplicada (IEL). O acolhimento nesse caso consiste no trabalho de letramento acadêmico, considerando algumas características desse alunado, como a pouca familiarização prévia com a leitura e a escrita dos tipos de textos mais prestigiados na esfera universitária, também com algumas ferramentas tecnológicas de estudo e, em alguns casos, com o próprio português, que não é a língua materna de parte dos estudantes indígenas. As ações incluíram a criação de uma disciplina de oferecimento regular e a montagem de uma pequena estrutura de suporte a essas alunas e esses alunos no acompanhamento ao ensino remoto durante a pandemia em 2020.²⁰

A LA tem também um olhar especial para a compreensão e a proposição de atividades tradutórias socialmente orientadas, o que pode ser compreendido como as diversas formas de dar acesso cultural, linguístico e sensorial, permitindo a circulação mais democrática de conhecimentos e informações e uma maior participação de alguns grupos minoritários em várias instâncias da vida social. Migrantes com pouco domínio da língua portuguesa podem ter acesso dificultado a serviços públicos,

20 Também participaram as professoras Ayako Akamine, Daniela Palma e Patrícia Aquino e a aluna de pós-graduação Giulia Mendes Gambassi, além de vários graduandos bolsistas que atuaram como monitores. A disciplina criada foi Letramentos Acadêmicos para Universitários Indígenas.

como o atendimento em saúde,²¹ assim, configura-se a importância de refletir e buscar possibilidades de desenvolvimento de políticas públicas de atendimento a pessoas com dificuldades de comunicação na língua de uso mais corrente no país,²² como as práticas de interpretação comunitária (atuação de intérpretes de línguas estrangeiras, como também de Libras e algumas línguas nacionais minoritárias, na mediação entre usuários e provedores de serviços essenciais).

Destaco, ainda, as pesquisas e as atividades de tradução voluntária e colaborativa que objetivam tornar mais acessíveis conjuntos importantes de informação que auxiliam no combate à discriminação. Cito como exemplo o projeto de tradução e adaptação ao português, por pesquisadoras e pesquisadores da área, do livro *Our bodies, ourselves* (da ONG internacional de mesmo nome), que é obra de referência na abordagem política de tópicos sobre saúde da mulher e direitos reprodutivos.²³

No campo das práticas inclusivas, a LA vem consolidando pesquisas sobre cultura e identidade surda, linguagens acessíveis, educação de pessoas portadoras

21 MEDEIROS, Andresa Martins de Andrade. *Linguagem e poder no acesso à saúde: a mediação discursiva no contexto migratório na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

22 ORIGUELA, Daniella Avelaneda. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *Tradterm*, v. 23, p. 225-240, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2014.85578>.

23 LIMA, Erica; PIMENTEL, Janine (org.). *Our bodies, ourselves transformado mundialmente: uma coleção de prefácios com traduções culturalmente adaptadas*. Campinas: Publicações IEL/UNICAMP, 2020.

de deficiência, entre outras questões relevantes sobre acolhimento e acessibilidade. Destaco os estudos em acessibilidade comunicacional para surdos, ensurdecidos, pessoas idosas e portadores de deficiência visual, intelectual e dislexia: uma área que reflete sobre a formação das linguagens acessíveis, suas tecnologias e seu caráter multi e intersemiótico; as perspectivas das comunidades envolvidas e as políticas para democratização do acesso a produtos culturais como forma de garantir inclusão e igualdade. A título de exemplificação, cito o dossiê, publicado em 2017 na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, com estudos diversos sobre a tradução audiovisual acessível que exploram as modalidades da audiodescrição (AD), da legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e da janela para interpretação em Libras.²⁴

A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E O COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES

Por fim, enfoco os estudos sobre educação que formam a linha de investigação mais antiga e consolidada na área de LA e que neste texto funciona como uma esfera de convergência dos debates e contribuições já apresentados. Os espaços da educação linguística são muito propícios para a sensibilização e a conscientização para as

diferenças e o estímulo à transformação das atitudes na relação dos indivíduos com as alteridades. São também lugares para o acolhimento e a hospitalidade, que podem ajudar nos processos memorialísticos, nas reelaborações subjetivas e na percepção das desigualdades.

O ensino de línguas pode cumprir papel muito importante nas políticas de acolhimento e inclusão, como comentado no item anterior, e os estudos em LA colaboraram na reflexão sobre as práticas e no desenvolvimento de metodologias e tecnologias de ensino para grupos específicos. Além disso, as pesquisas pelo viés dos letramentos amplificaram a capacidade de compreender as atividades de leitura e escrita em seus usos e relações com práticas sociais, que atravessam a escola e estão para além dela. Assim, mais do que apenas habilidades a serem desenvolvidas pelos processos de ensino-aprendizagem, a leitura e a escrita são compreendidas como possibilidades de agir no mundo e deixar marcas singulares das existências, também de ampliar consciências e criatividade, orientar atitudes eticamente, exercer a cidadania e promover várias formas de inclusão.

Abordagens como essas sobre o ensino de línguas e literaturas abrem caminho para pensar novas experiências, materiais e temas que permitam o contato constante com a pluralidade sociocultural em sala de aula. Olhares interculturais atentos a fenômenos contemporâneos de consistências multissemióticas norteiam muitas pesquisas que analisam os currículos e as práticas de ensino

24 ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; ALVES, Soraya Ferreira (org.). Dossiê Tradução audiovisual acessível (TAVA). *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 56, n. 2, ago. 2017.

capazes de atuar para a valorização da diversidade e no combate às discriminações e refletem sobre eles.

Assim, compreensões como letramentos raciais, letramentos de reexistência, letramentos *queer*, entre outras designações, ganham terreno nos estudos em LA para pensar tanto práticas sociais situadas como práticas de ensino. Por esses caminhos, universos culturais jovens e periféricos, por exemplo, podem/devem chegar às salas de aula por meio do trabalho didático-pedagógico com produtos e manifestações como o rap, o grafite, o *break*, o *funk*, os *slams* de poesias; oferecendo aos estudantes contato com diversificadas existências e diferentes tipos de sensibilidades.²⁵

Os cânones literários escolares são considerados espaços tradicionalmente pouco permeáveis ao multiculturalismo, estudos da área ajudam a reforçar a importância de movimentos constantes de atualização desses repertórios, pela incorporação de produções e debates contemporâneos. Também apontam a necessidade do alargamento da compreensão dos sentidos de literatura e a diversificação das matrizes de conhecimento (europeia, africana, afro-brasileira, indígena e até outras mais), colaborando com a análise dos significados sociais e impactos curriculares que alterações, como a obrigatoriedade da temática



de história e cultura afro-brasileira e indígena, podem ter no ensino da literatura.²⁶

O ensino linguístico e literário também pode ser pensado nas possibilidades de trabalhar diversas formas de experiências de leitura e escrita que estimulem a imaginação e o aparecimento de novas maneiras de pensar e de se relacionar consigo e com o mundo. Uma pesquisa recente, desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores da área, explorou o potencial da escrita de narrativas na

sensibilização para questões subjetivas e sociais para a educação em Direitos Humanos. A pesquisa desdobrou-se em um projeto de extensão de produção de material didático que resultou no livro digital *Oficinas de imaginação e escrita para educação em Direitos Humanos*, de acesso livre, destinado a professoras e professores de língua portuguesa do Ensino Médio.²⁷

Este pequeno panorama, norteado pela chamada inicial “como a linguística aplicada pode contribuir para o combate à discriminação”, teve o intuito de apresentar um

25 Ver SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011; e NEVES, *op. cit.*

26 SÁ, Ana Paula dos Santos. *A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10639/2003 e 11.645/2008 o PNLD 2015*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

27 PALMA, Daniela (coord.); BITTAR, Ana Luiza Barretto; VALEZI, Ana Júlia; SILVA, Douglas Vínicius Souza; GAMBASSI, Giulia Mendes; BARROS, Nayara Natalia de; SACHS, Rafael Salmazi; PARATELA, Talitha de Lima. *Oficinas de imaginação e escrita para a educação em Direitos Humanos*. Campinas: Nós-Outros/UNICAMP, 2019.

pouco das principais linhas dessa área na relação com o tema dos preconceitos e das discriminações sociais. O que foi exposto aqui é uma reduzida amostra, dentro de um recorte definido, que não pretendeu dar conta de oferecer um balanço completo das realizações, limitações e potencialidades da LA para colaborar na construção de caminhos para a cidadania em nosso país. A capacidade de estabelecer diálogos interdisciplinares marca a atuação de pesquisadoras, pesquisadores e docentes dessa área e é também uma potência que pode representar um sentido de conagração de esforços dos mais diversos campos do conhecimento na busca colaborativa por justiça e paz social.



Copyright © 2021 by autores

Elaboração da ficha catalográfica

Gildenir Carolino Santos
(Bibliotecário)

Tiragem

E-book (PDF)

Coordenadora

Néri de Barros Almeida

Revisão

Néri de Barros Almeida

Registro do ISBN

Biblioteca Central - UNICAMP

Capa e Editoração

Estúdio Bogari

Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas

D628 Os direitos humanos e as profissões: diálogos fundamentais [recurso eletrônico] / Néri de Barros Almeida (organizadora). – Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2021.
1 recurso online: il. (Coleção Jurema; 2)

Publicação digital (e-book) no formato PDF. [16,9 MB].
ISBN: 978-65-88816-10-3

1. Direitos humanos. 2. Formação. 3. Pesquisa. 4. Valores. I. Almeida, Néri Barros (org.). I. Título. II. Série.

21-008

20ª CDD - 323.4

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Publicação digital – Brasil
1ª edição – fevereiro – 2021
ISBN: 978-65-88816-10-3



BY



NC



SA

Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

APOIO TÉCNICO

ProEC

DTIC - Diretoria de Tecnologias de
Informação e Comunicação

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Cristiane de Sousa Machado Rogatto
Raquel de Almeida Prado Modolo

CAPA, EDIÇÃO DE ARTE E EDITORAÇÃO

Estúdio Bogari

PROJETO GRÁFICO

César Ganimi Machado
Wanderlei Paré

REVISÃO TEXTUAL

Maria Fernanda Alvares